

LIVRO DE QUESTÕES

TJ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



EXPEDIENTE

Diretora editorial
Coordenação editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Mari de Barros
Equipe de Revisão Nova Concursos
Equipe Nova Concursos
Willian Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

TJ : Tribunal de Justiça / [Bruna Pinotti Garcia Oliveira]...
[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.
456 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-20-7

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Proble-
mas, questões, exercícios 3. Brasil. Tribunal de Justiça - Con-
cursos I. Oliveira, Bruna Pinotti Garcia

CDU 35.08 (079.1)

18-0297

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT004-19-TJ

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	47
Informática	99
Conhecimentos Gerais e Atualidades	131
Direito Constitucional.....	157
Direito Administrativo.....	189
Administração Geral	221
Administração Financeira e Orçamentária	253
Administração Pública.....	283
Orçamento Público	301
Direitos das Pessoas com Deficiência	329
Direito Civil.....	339
Direito Processual Civil	365
Direito Penal.....	395
Direito Processual Penal.....	425

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Professora Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade
Estadual Paulista – Unesp

1. (TJ-MG – OFICIAL JUDICIÁRIO – COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CONSULPLAN – 2017) A sequência de vocábulos: “Islâmico, vitória, até, público” pode ser empregada para demonstrar exemplos de três regras de acentuação gráfica diferentes. Indique a seguir o grupo de palavras que apresenta palavras cuja acentuação tenha as mesmas justificativas das palavras do grupo anteriormente apresentado (considere a mesma ordem da sequência apresentada).

- a) atípica, aparência, é, vítimas
- b) típico, província, será, Nínive
- c) famílias, público, diários, várias
- d) violência, próprios, já, violência

2. (TJ-AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV – 2018 – ADAPTADA) Duas palavras que obedecem à mesma regra de acentuação gráfica são:

- a) indébita / também;
- b) história / veículo;
- c) crônicas / atribuídos;
- d) coíba / já;
- e) calúnia / plágio.

3. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2013) Assinale a alternativa com as palavras acentuadas segundo as regras de acentuação, respectivamente, de intercâmbio e antropológico.

- a) Distúrbio e acórdão.
- b) Máquina e jiló.
- c) Alvará e Vândalo.
- d) Consciência e características.
- e) Órgão e órfãs.

4. (TJ-SP – ANALISTA EM COMUNICAÇÃO E PROCESSAMENTO DE DADOS JUDICIÁRIO – VUNESP – 2012) Seguem a mesma regra de acentuação gráfica relativa às palavras paroxítonas:

- a) probatório; condenatório; crédito.
- b) máquina; denúncia; ilícita.
- c) denúncia; funcionário; improcedência.
- d) máquina; improcedência; probatório.
- e) condenatório; funcionário; frágil.

1.

Ao grupo: islâmico = proparoxítona / vitória = paroxítona terminada em ditongo / até = oxítona / público = proparoxítona

Em "a": atípica = proparoxítona / aparência = paroxítona terminada em ditongo / é = monossílabo tônico / vítimas = proparoxítona

Em "b": típico = proparoxítona / província = paroxítona terminada em ditongo / será = oxítona / Nínive = proparoxítona

Em "c": famílias = paroxítona terminada em ditongo / público = proparoxítona / diários = paroxítona terminada em ditongo / várias = paroxítona terminada em ditongo

Em "d": violência = paroxítona terminada em ditongo / próprios = paroxítona terminada em ditongo / já = monossílabo tônico / violência = paroxítona terminada em ditongo

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em "a": indébita = proparoxítona / também = oxítona

Em "b": história = paroxítona terminada em ditongo / veículo = proparoxítona (e regra do hiato também!)

Em "c": crônicas = proparoxítona / atribuídos = regra do hiato

Em "d": coíba = regra do hiato / já = monossílabo tônico

Em "e": calúnia = paroxítona terminada em ditongo / plágio = paroxítona terminada em ditongo

GABARITO OFICIAL: E**3.**

Para que saibamos qual alternativa devemos assinalar, primeiro temos que classificar as palavras do enunciado quanto à posição de sua sílaba tônica:

Intercâmbio = paroxítona terminada em ditongo / Antropológico = proparoxítona (todas são acentuadas)

Agora, vamos à análise dos itens apresentados:

Em "a": Distúrbio = paroxítona terminada em ditongo / acórdão = paroxítona terminada em "ão"

Em "b": Máquina = proparoxítona / jiló = oxítona terminada em "o"

Em "c": Alvará = oxítona terminada em "a" / Vândalo = proparoxítona

Em "d": Consciência = paroxítona terminada em ditongo / características = proparoxítona

Em "e": Órgão e órfãs = ambas: paroxítona terminada em "ão" e "ã", respectivamente.

GABARITO OFICIAL: D

4.

Vamos a elas:

Em "a": probatório = paroxítona terminada em ditongo / condenatório = paroxítona terminada em ditongo / crédito = proparoxítona.

Em "b": máquina = proparoxítona / denúncia = paroxítona terminada em ditongo / ilícita = proparoxítona.

Em "c": Denúncia = paroxítona terminada em ditongo / funcionário = paroxítona terminada em ditongo / improcedência = paroxítona terminada em ditongo

Em "d": máquina = proparoxítona / improcedência = paroxítona terminada em ditongo / probatório = paroxítona terminada em ditongo

Em "e": condenatório = paroxítona terminada em ditongo / funcionário = paroxítona terminada em ditongo / Frágil = paroxítona terminada em "l"

GABARITO OFICIAL: C

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO- -MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Sara Martins de Oliveira

Especialista em Gestão Financeira e Contábil pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACULDADES FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACULDADES FACCAT) de Tupã, São Paulo.

Tendo atuado como professora universitária da Faculdade da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã São Paulo, no Curso de Administração, e como Tutora Presencial da Universidade Anhanguera, do curso EAD de Ciências Contábeis.

Professora de conteúdo preparatório para concursos e banco de questões para graduação e pós-graduação em todo o país, entre eles Grupo Nova, SGS Academy, Maxi Educa, Solução Concursos e Opção Concursos.

Contadora.

NÚMEROS RACIONAIS, PARES E PRIMOS

1. (TJ-SC – OFICIAL DE JUSTIÇA E AVALIADOR– FGV – 2018) Considere a sentença sobre os números racionais x e y : " $x \geq 3$ e $x + y \leq 7$ ".

Um cenário no qual a sentença dada é verdadeira é:

- a) $x = 3$ e $y = 2$;
- b) $x = 3$ e $y = 7$;
- c) $x = 2$ e $y = 5$;
- d) $x = 4$ e $y = 4$;
- e) $x = 5$ e $y = 3$.

2. (TJ-RS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FAURGS – 2017) Quantas frações diferentes podem ser formadas tendo como numerador e denominador os números primos menores que 15 e distintos entre si?

- a) 20.
- b) 30.
- c) 36.
- d) 42
- e) 49.

3. (TJ-RS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FAURGS – 2017) Tomando os algarismos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, quantos números pares de 4 algarismos distintos podem ser formados?

- a) 120.
- b) 210.
- c) 360.
- d) 630.
- e) 840.

CONJUNTOS

4. (TJ-PE – TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO ADMINISTRATIVA – IBFC – 2017)

Analizados 2300 processos em andamento verificou-se que 980 eram sobre pensão alimentícia, 860 eram sobre direitos trabalhistas e que 530 processos sobre nenhum dos dois. Nessas condições, e sabendo que pode haver, num mesmo processo, os dois assuntos, o total de processos que eram sobre somente um dos dois assuntos é igual a:

- a) 1770
- b) 1840
- c) 1470
- d) 460
- e) 1700

1.

Considere a sentença sobre os números racionais x e y : " $x \geq 3$ e $x + y \leq 7$ ".

A expressão " $x \geq 3$ e $x + y \leq 7$ " corresponde:

$x \geq 3$ = x é maior ou igual a 3, ou seja, x pode ser 3 ou um número maior que 3
 $x + y \leq 7$ = a soma de $x + y$ é menor ou igual a 7.

Para sabermos se o cenário no qual a sentença dada é verdadeira, devemos analisar as alternativas:

(A) $x = 3$ e $y = 2$; $\rightarrow x$ é igual 3. (correto) $x + y = 5$, que é menor que 7, (correto).

(B) $x = 3$ e $y = 7$; $\rightarrow 3 + 7 = 10$, (errado) $x + y$ não pode ser maior que 7.

(C) $x = 2$ e $y = 5$; $\rightarrow$ (errado) x não pode ser menor que 3.

(D) $x = 4$ e $y = 4$; $\rightarrow 4 + 4 = 8$, (errado) $x + y$ não pode ser maior que 7.

(E) $x = 5$ e $y = 3$. $\rightarrow 7 + 3 = 8$, (errado) $x + y$ não pode ser maior que 7.

GABARITO OFICIAL: A

2.

Quantas frações diferentes podem ser formadas tendo como numerador e denominador os números primos menores que 15 e distintos entre si?

Devemos lembrar da definição de números primos, são números divisíveis por 1 e por eles próprios. Porém a questão pede para considerar os números primos menores que 15, que são: 2,3,5,7,11,13

Desta forma, para cada número temos 5 opções de formar frações entre eles sem repetir os números, por exemplo: assim com os demais:

Observe que temos 6 números primos inferiores a 15 e 5 formas de frações diferentes para cada um deles. Portanto temos um total de $6 \times 5 = 30$ frações diferentes.

GABARITO OFICIAL: B.

3.

A questão pede a identificação da quantidade de números pares com 4 algarismos utilizando: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Sendo assim, serão números pares com 4 algarismos: ____.

O que determina que um número seja par é o seu algarismo final ser par, portanto, vamos começar pelo último algarismo, que podemos utilizar 2, 4, 6, ou seja 3 opções: __ _ 3 opções.

Para o penúltimo algarismo podemos utilizar qualquer tipo de número, sendo ele par ou ímpar, porém como já utilizamos um número no último algarismo, nos restaram 6, ou seja, 6 opções:

_ _ 6 opções x 3 opções

Para o antepenúltimo algarismo, devemos utilizar a mesma regra do penúltimo, ou seja, temos 5 opções: _ 5 opções * 6 opções * 3 opções

Por fim, para o primeiro algarismo, seguindo o padrão, temos 4 opções: 4 opções * 5 opções * 6 opções * 3 opções, ou seja, $4 \times 5 \times 6 \times 3 = 360$

GABARITO OFICIAL: C

4.

A questão pede o total de processos que eram sobre somente um dos dois assuntos, pensão alimentícia e direitos trabalhistas (, considerando as condições apresentadas no enunciado, e que pode haver, num mesmo processo, os dois assuntos, temos:

P = Conjunto de Processo 2300

A = de Pensão Alimentícia 980

T = de Direitos Trabalhistas 860

N = sobre nenhum dos dois 530

= Pensão Alimentícia e Direitos Trabalhistas ?

SA = Somente Pensão Alimentícia ?

ST = Somente Direitos Trabalhistas ?

= Somente Pensão Alimentícia e Somente Direitos Trabalhistas ?

= $(A + T) - (P - N)$

= $980 + 860 - 2300 - 530$

= $1840 - 1770$

= 70

Desta forma:

SA = A -

SA = $980 - 70$

SA = 910

ST = T -

ST = $860 - 70$

ST = 790

Por fim:

= SA + ST

= $910 + 790$

= 1700

GABARITO OFICIAL: E

INFORMÁTICA

Sobre o Autor

Ovidio Lopes da Cruz Netto

Doutorado e mestrado em Engenharia Biomédica, projeto que criou um software que facilita o aprendizado de crianças portadoras de síndrome de Down <www.ovidio.eng.br/nossavida> e seu desenvolvimento social.

Pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu, em 2008.

Formação de docentes para o Ensino Superior pela UNINOVE, em 2007.

Graduado em Engenharia da Computação pela UMC, em 2004.

Trabalha com educação desde o ano de 2003.

Tem vários cursos de Tecnologia Educacional, realizados no Brasil e também no exterior, como: Itália, Espanha, Malta, Costa Rica e Argentina.

Professor integrante do Banco de Avaliadores (BASis) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - INEP/MEC.

1. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN – 2017) Considere as seguintes afirmativas sobre teclas de atalho no Sistema Operacional Microsoft Windows 7 (Configuração Padrão – Idioma Português do Brasil).

I.A tecla do logotipo do Windows + B pode ser utilizada para bloquear o computador ou trocar de usuário.

II.A tecla do logotipo do Windows + A pode ser utilizada para exibir a área de trabalho.

III.As teclas Ctrl + Shift + Esc pode ser utilizada para abrir o gerenciador de tarefas.

Está(ão) correto(s) o que se afirma somente em:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.

2. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN – 2017) No Sistema Operacional Microsoft Windows 7 (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), o gerenciador de tarefas é um recurso amplamente utilizado para iniciar ou encerrar processos e monitorar de forma dinâmica o desempenho do computador. Uma das formas de acionar esse recurso é através das teclas de atalho Ctrl + Alt + Delete seguido da seleção da opção “Iniciar Gerenciador de Tarefas”.

São guias disponíveis na tela que representa o Gerenciador de Tarefas, EXCETO:

- a) Aplicativos.
- b) Serviços.
- c) Rede.
- d) Monitoramento.

3. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN – 2017) Para a questão abaixo, considere que o navegador é o Mozilla Firefox na versão 50.0 configurado com o idioma Português Brasil.

Os Plugins são partes do software que desempenham tarefas que o navegador não foi projetado para executar. Um exemplo clássico é o plugin do Adobe Flash Player que é utilizado para a visualização de vídeos e animações no Browser.

O navegador permite o gerenciamento dos plugins instalados através das suas configurações. Nesse contexto considere a seguinte situação hipotética:

“Um usuário possui o plugin do Adobe Flash Player” instalado no seu Browser, porém em um determinado dia ele necessitou desativar o plugin em questão”. Pode-se afirmar que o procedimento correto para realizar essa ação é clicar no botão de

menu  e selecionar

- a) Extensões. A aba gerenciador de extensões será aberta. No gerenciador de extensões, deve-se selecionar o painel Plugins, selecionar na lista o Adobe Flash Player e em seguida clicar em Nunca Ativar.
- b) Extensões. A aba gerenciador de complementos será aberta. No gerenciador de complementos, deve-se selecionar o painel Plugins, selecionar na lista o Adobe Flash Player e em seguida clicar em Desativar.
- c) Plugins. A aba gerenciador de complementos será aberta. No gerenciador de complementos, deve-se selecionar o painel Extensões, selecionar na lista o Adobe Flash Player e em seguida clicar em Interromper.
- d) Plugins. A aba gerenciador de extensões será aberta. No gerenciador de extensões, deve-se selecionar o painel Opções, selecionar na lista o Adobe Flash Player e em seguida clicar em Desativar Plugin.

4. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN – 2017) Para a questão a seguir, considere que o navegador é o Mozilla Firefox na versão 50.0 configurado com o idioma Português Brasil. A configuração “bloqueio de conteúdo misto” foi desativada manualmente.

Quando um site é digitado na barra de endereço do browser, pode ser observado o “botão de identidade do site” localizado à esquerda do endereço, representado pelo símbolo de um cadeado. A funcionalidade desse botão é indicar ao usuário de forma rápida se a conexão com o site visualizado é criptografada e segura.

Considere as seguintes afirmativas sobre os estados do botão de identidade do site:

- I. O cadeado na cor azul, indica que o usuário está realmente conectado ao website cujo endereço é exibido na barra de endereço; a conexão não foi interceptada.
- II. O cadeado cinza com um triângulo de alerta amarelo, indica que a conexão entre o Firefox e o site é parcialmente criptografada e não impede a espionagem.
- III. O Cadeado preto com um traço vermelho, indica que a conexão entre o Firefox e o site é apenas parcialmente criptografada e não previne contra espionagem ou ataque man-in-the-middle.

Está(ão) correto(s) o que se afirma somente em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) Rootkit.

5. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN – 2017) Códigos maliciosos (malwares) são programas especificamente desenvolvidos para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador. O programa que permite o retorno de um invasor a um computador comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para este fim é conhecido como:

- a) Backdoor.

- b) Spyware.
- c) Worm.
- d) Rootkit.

6. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN – 2017) O e-CPF é uma versão digital do documento CPF, que permite a realização de operações com validade jurídica na internet, identificando com segurança as pessoas físicas. São características que a utilização do e-CPF garantem, EXCETO:

- a) Confiabilidade.
- b) Privacidade.
- c) Compatibilidade.
- d) Inviolabilidade

7. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN – 2017) Considere a seguinte especificação técnica de um monitor de vídeo: “É um dispositivo baseado em um princípio similar ao plasma. Ele utiliza diodos orgânicos de carbono no lugar de células de plasma. Além da iluminação, eles se encarregam de gerar as imagens, dispensando o cristal líquido resultando em uma imagem melhor produzida mais rapidamente.” Pode-se afirmar de acordo com a especificação que o monitor utiliza a tecnologia:

- a) CRT.
- b) LCD.
- c) PLASMA
- d) OLED.

8. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN – 2017) Segurança da informação é o mecanismo de proteção de um conjunto de informações com o objetivo de preservar o valor que elas possuem para uma pessoa ou organização. Está correto o que se afirma sobre princípios básicos de segurança da informação, EXCETO:

- a) Disponibilidade garante que a informação esteja sempre disponível.
- b) Integridade garante a exatidão da informação.
- c) Confidencialidade garante que a informação seja acessada somente por pessoas autorizadas.
- d) Não repúdio garante a informação é autêntica e que a pessoa recebeu a

9. (TJ-MG – OFICIAL DE APOIO JUDICIAL – CONSULPLAN – 2017) Considere a seguinte situação hipotética:

“Em um determinado setor do TJMG trabalham quatro servidores: Renato, Fabiana, Augusto e Marcelo. Fabiana é a coordenadora desse setor e necessita enviar um e-mail abordando um problema que foi denunciado pelo servidor Renato.”

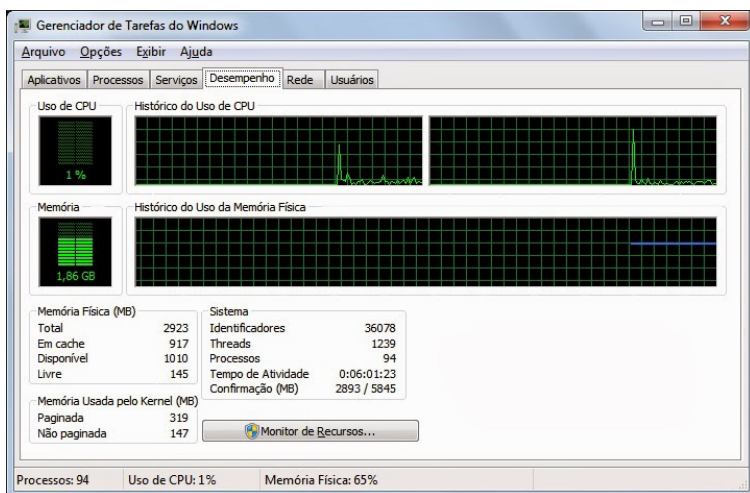
Considerando o problema exposto, uma forma da coordenadora enviar o e-mail para todos os três servidores, sem que eles tenham conhecimento que Renato também recebeu a mensagem, é adicionar apenas o endereço de e-mail dele no campo:

- a) Cc
- b) Co
- c) Cco
- d) Coc

1.
 - I. WINDOWS + L pode ser utilizada para bloquear o computador ou trocar de usuário.
 - II. WINDOWS + D pode ser utilizada para exibir a área de trabalho.
 - III. As teclas Ctrl + Shift + Esc pode ser utilizada para abrir o gerenciador de tarefas.

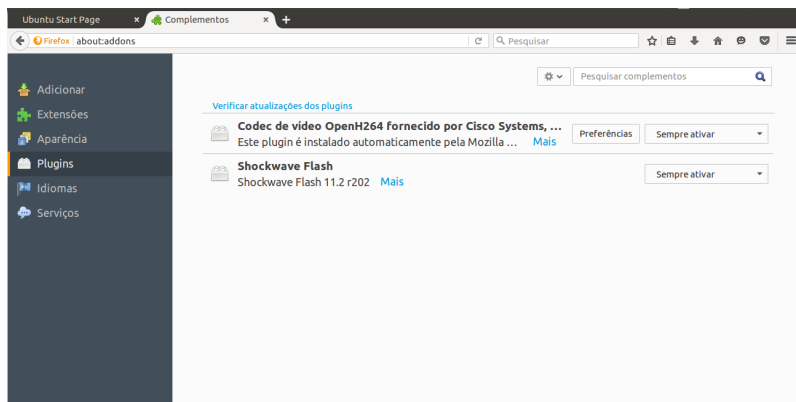
GABARITO OFICIAL: C

2. A janela de gerenciamento de tarefas do Windows 7 possui as guias: Aplicativos, Processos, Serviços, Desempenho, Rede e Usuários. A guia de monitoramento não existe, no entanto vale ressaltar que é possível monitorar o desempenho de CPU e memória em tempo real, conforme imagem a seguir:



GABARITO OFICIAL: D

3. Ao clicar no botão de "menu" do Firefox, e depois na opção "Extensões" faz com que o Gerenciador de Extensões seja aberto, do lado esquerdo basta escolher o botão "Plugins" então, seleciona-se a opção "Nunca Ativar" para o plugin do flash, como mostra a imagem a seguir. Desta forma ao entrar em paginas da web que possuam flash, este não será executado, evitando que o código action-script seja executado, prevenindo assim uma possível execução de código malicioso.



GABARITO OFICIAL: A

4.

Não existem ícones de cadeados azuis e pretos no Firefox. Abaixo segue as explicações do ícone dos "cadeados":

Cadeado verde:

Um cadeado verde (com ou sem um nome de organização) indica que a conexão foi estabelecida ao website cujo endereço é exibido na barra de endereço; a conexão não foi interceptada, ou seja, a conexão é criptografada para evitar espionagem.

Cadeado cinza com um triângulo de alerta amarelo

Um cadeado cinza com um triângulo de alerta amarelo indica que a conexão entre o Firefox e o site é parcialmente criptografada e não impede a espionagem. Isso também aparece em sites com certificados auto assinados ou certificados que não são emitidos por uma autoridade confiável

Cadeado cinza com um traço vermelho

Um cadeado com um traço vermelho indica que a conexão entre o Firefox e o site é apenas parcialmente criptografada e não previne contraespionagem ou ataque man-in-the-middle.

GABARITO OFICIAL: B

5.

O "Backdoor" é o tipo de código malicioso que mantém um canal aberto para que o invasor possa voltar à máquina infectada no futuro.

O "Spyware" é um software espião de computador, que tem o objetivo de observar e roubar informações pessoais do usuário que utiliza o PC em que o programa está instalado, retransmitindo-as para uma fonte externa na internet, sem o conhecimento ou consentimento do usuário.

Um worm (termo da língua inglesa que significa, literalmente, "verme") é um programa autor replicante, diferente de um vírus. Enquanto um vírus infecta um programa e necessita deste programa hospedeiro para se alastrar, o worm é um

programa completo e não precisa de outro para se propagar. Um worm pode ser projetado para tomar ações maliciosas após infestar um sistema. Além de se autorrelicar, pode deletar arquivos em um sistema ou enviar documentos por e-mail.

Rootkit é um software malicioso que permite o acesso a um computador enquanto oculta a sua atividade. Originalmente o rootkit era uma coleção de ferramentas que habilitavam acesso a nível de administrador para um computador ou uma rede. Uma das propostas desse programa é o uso para ocultar específicos processos e arquivos para algumas partes do sistema

GABARITO OFICIAL: A

6.

O e-CPF é a versão eletrônica do CPF, que garante a autenticidade e a integridade nas transações eletrônicas de pessoas físicas.

Além de identificar com segurança pessoas físicas, o e-CPF garante confiabilidade, privacidade, integridade e inviolabilidade em mensagens e em diversos tipos de transações realizadas via Internet. Além disso, o certificado digital tem validade jurídica para ser utilizado como assinatura de próprio punho, comprovando que seu proprietário concorda com o documento assinado.

Considera-se também que “Compatibilidade” não é um conceito de segurança da informação.

GABARITO OFICIAL: C

7.

Os monitores de OLED (assim como os televisores) ainda são muito caros, e por isso muito pouco comercializados. O MONITOR de OLED está chegando aos poucos ao Brasil, atualmente a DELL começou a vender nos Estados Unidos. Os televisores são mais comuns de serem encontrados, porém a um preço bem alto. Pode ser visto que o PLASMA não pode ser marcado, já que é usado como comparação no próprio enunciado; CRT (raios catódicos, aqueles monitores de tubo antigos) e LCD (display de cristal líquido) também são descartados (afinal, o monitor citado NÃO USA CRISTAL LÍQUIDO), conforme o próprio enunciado.

A tecnologia moderna apresentada realmente é o OLED, ou Organic Light-Emitting Diode (Diodo Orgânico Emissor de Luz).

GABARITO OFICIAL: D

8.

DISPONIBILIDADE – garantir que a informação esteja sempre disponível;

INTEGRIDADE – garantir a exatidão da informação (que a informação não seja modificada);

CONFIDENCIALIDADE – garantir que a informação seja acessada somente por pessoas autorizadas;

AUTENTICIDADE – garantir que a informação é autêntica;

NÃO REPUDIO – garantir que a pessoa não negue ter assinado ou criado a informação;

O não repudio fornece provas de que um usuário realizou uma determinada ação, como transferir dinheiro, autorizar uma compra, ou enviar uma mensagem

GABARITO OFICIAL: D

9.

"Cco", ou cópia oculta, é o campo que se utiliza quando se deseja que os demais destinatários não saibam que os destinatários (deste campo) receberam a mensagem.

"Cc", ou com cópia, é o campo que se utiliza quando se deseja que os demais destinatários saibam que os destinatários (deste campo) receberam a mensagem.

Os campos "Co" e "Coc" não existem.

GABARITO OFICIAL: C

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Sobre a Autora

Letícia Veloso

Graduada em Jornalismo em 2008.

Experiência em materiais impresso, on-line e voltado para TV.

Trabalhou em empresas como: Grupo Folha (UOL), Grupo RBS, Rede Vida e Portal do Walmart. Como locutora (tem DRT na área), trabalhou em emissoras de rádio em Minas Gerais e São Paulo.

Professora de Conhecimentos Gerais e Atualidades dos cursos on-line e de videoaulas produzidos pelo Grupo Nova.

Autora do comentário de questões de concursos públicos de vários livros e outras produções editoriais do Grupo Nova.

1. (TJ-SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA - VUNESP – 2010)

A sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) reúne o grupo de países com elevado potencial econômico. O bloco fez a sua primeira reunião oficial em junho de 2009. A partir dessa reunião, é correto afirmar que esses países têm, como posição comum,

- a) desafiar a liderança política dos Estados Unidos no G20, grupo que reúne as maiores economias do mundo.
- b) enfrentar a União Europeia na Organização Mundial do Comércio (OMC), defendendo o aumento dos subsídios agrícolas.
- c) criar uma nova ordem global, em que o papel desses quatro países nas questões econômicas e políticas seja ampliado.
- d) pleitear a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente o Conselho de Segurança, incluindo o Japão e a Alemanha.
- e) adotar as mesmas posições na Conferência de Copenhague (COP-15), pois são países que emitem baixas taxas de CO₂ na atmosfera.

ECONOMIA E POLÍTICA

2. (TJ-SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIA - VUNESP – 2010)

Leia as afirmações sobre as medidas adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar a crise econômica e que repercutiram no 1.º semestre de 2009.

- I. A rápida recuperação está relacionada à estratégia adotada pelo governo de apoio ao mercado interno.
- II. A redução de impostos em apoio à indústria automobilística.
- III. A forte inversão de capitais, sob a forma de subsídios, ao setor agrícola.
- IV. A redução de impostos para o setor de eletrodomésticos (linha branca).

Estão corretas apenas as afirmações

- a) I, II e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) II e IV.
- e) I e III.

1.

Em "a", a sentença não corresponde a proposta do BRIC. O grupo não foi criado para desafiar a liderança dos Estados Unidos.

Em "b", como na citação acima, não se refere a desafiar esse bloco econômico.

Em "c", a questão é correta, pois realmente se trata de criar uma nova ordem que possa trazer ampliação ao papel desses países na economia mundial. Uma das propostas do BRIC é fomentar iniciativas que sejam favoráveis aos mercados dos países integrantes, além de fortalecer a relação entre eles e ampliar a influência e participação dessas nações no cenário global.

Em "d", não se trata de pleitear a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU).

E por fim, em "e", não quer dizer adotar as mesmas posições na Conferência de Copenhague (COP-15).

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em "I", medidas adotadas pelo governo contribuíram para o cenário. Em e "II, a diminuição quanto aos tributos no setor de automóveis teve impacto relevante.

Em "III", a forte inversão de capitais, em forma de subsídios à agricultura, não influenciou a situação mencionada. Em "IV", houve redução de tributos para o mercado de eletrodoméstico, impulsionando consumo e aquecendo o mercado.

GABARITO OFICIAL: A

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP.

Bolsista CAPES/PROSUP.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis.

Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ.

Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP.

Advogado.

Consultor Jurídico.

CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. (TJ-SC – ANALISTA ADMINISTRATIVO – FGV – 2018) De acordo com o art. 5º, XXXII, da Constituição da República, “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”.

Considerando a aplicabilidade das normas constitucionais, a norma constitucional que se extrai do referido preceito tem:

- a) eficácia limitada de princípio consumerista;
- b) eficácia limitada de princípio institutivo;
- c) natureza programática;
- d) eficácia contida;
- e) eficácia plena;

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO E ADMINISTRATIVA DO ESTADO

2. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018) Maria, Deputada Estadual, almejava apresentar um projeto de lei sobre direito financeiro, tendo constatado que competia à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a matéria.

Com o objetivo de atuar de modo correto, solicitou que sua assessoria esclarecesse o alcance da competência estadual nesse caso.

Com embasamento na sistemática constitucional, a assessoria informou, corretamente, que o Estado, nesse tipo de matéria:

- a) pode legislar livremente sobre a matéria, já que as normas da União se destinam ao plano federal;
- b) enquanto a União não editar normas gerais sobre a matéria, possui competência plena;
- c) somente pode legislar nos limites em que seja autorizado pela União;
- d) revogará as normas gerais da União ao editar normas específicas;
- e) somente pode editar as normas de interesse local;

3. (TJ-MG – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – CONSULPLAN – 2018) Avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. “NÃO é constitucional a lei municipal que impõe sanção mais gravosa que a constante do Código de Trânsito Brasileiro.”

PORQUE

II. “É competência exclusiva da União legislar sobre trânsito e transporte.”

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) A segunda afirmativa é falsa e a primeira verdadeira.
- b) A primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- d) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

DIREITOS DA NACIONALIDADE

4. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018) François nasceu no território brasileiro durante o período em que seus pais, nacionais franceses, aqui estavam por se encontrarem em gozo de licença na fábrica de bijuterias em que trabalhavam na França.

À luz da sistemática constitucional, François:

- a) é brasileiro nato, desde que seus pais tenham requerido;
- b) é brasileiro nato, desde que o requeira aos dezoito anos;
- c) é brasileiro nato, independente de requerimento;
- d) é apenas nacional francês, não brasileiro;
- e) pode naturalizar-se brasileiro.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5. (TJ-SC – ANALISTA ADMINISTRATIVO – FGV – 2018) Maria, ocupante de cargo de provimento efetivo de natureza técnica na Administração Pública municipal, foi aprovada em concurso público de provas e títulos, organizado pelo Estado, para o provimento de um cargo igualmente de natureza técnica. Ao dirigir-se ao departamento de recursos humanos do Estado para apresentar os documentos necessários à posse, foi informada que a ordem constitucional vedava a acumulação de cargos públicos nas circunstâncias em que se encontrava.

À luz da sistemática constitucional, a informação prestada a Maria está:

- a) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos desde que Maria opte pela remuneração de um deles;
- b) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos, desde que seja observado o teto remuneratório;
- c) errada, pois é possível a acumulação dos referidos cargos, desde que haja compatibilidade de horários;
- d) certa, pois a Constituição da República veda a acumulação de cargos públicos de natureza técnica;
- e) certa, pois a Constituição da República veda a acumulação de quaisquer cargos públicos.

1.

Em “a”, São aquelas que não produzem o “total” de seus efeitos, dependendo da integração da lei. Não contêm os elementos necessários para a execução, assim enquanto não forem complementadas pelo legislador a sua aplicabilidade é mediata, mas depois de complementadas tornam-se de eficácia plena.

Em “b”, Aplicabilidade indireta, mediata e diferida. Ela se divide em: Princípio institutivo (ou organizativo): são aquelas em que o legislador traça em linhas gerais o seu conteúdo normativo e refere que a lei irá estabelecer posteriormente as regras para que ocorra a sua aplicabilidade. São exemplos os seguintes artigos do texto constitucional. Ex: A lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos Territórios. E Princípio Programático: são as que traçam programas (diretrizes) que devem ser buscados e alcançados pelo poder público. São exemplos a realização da justiça social, valorização do trabalho, amparo à família, combate ao analfabetismo, etc.

Em “c”, As normas programáticas são aquelas que traçam princípios a serem cumpridos pelos órgãos estatais (legislativo, executivo, judiciário e administrativo) visando à realização dos fins sociais do estado, consubstanciam programas e diretrizes para atuação futura dos órgãos estatais. Um exemplo de normas programáticas esta no título referente à Ordem Social, o constituinte dispôs o seguinte: “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”.

Em “d”, Em regra, sempre que houver expressões como “salvo disposição em lei” será norma de eficácia contida.

Em “e”, As Normas de eficácia plena são autoaplicáveis e não restringíveis, quantitativa integral.

GABARITO OFICIAL: C

2.

Em “a”, Não pode-se legislar livremente.

Em “b”, Em concordância com o Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico. § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Em “c”, Só pode legislar enquanto a União não editar normas gerais sobre a matéria.

Em “d”, Não haverá revogação, apenas a não aplicação.

Em “e”, não há previsão sobre este fato.

GABARITO OFICIAL: B

3.

A assertiva I está correta, pois implementar a segurança no trânsito é competência comum da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.

Já a assertiva II, encontra-se incorreta, sendo que o trânsito e transporte é competência privativa da União e não “exclusiva”.

GABARITO OFICIAL: A

4.

Em "a", Não há necessidade de requerimento, sendo que os pais não estavam a serviço do país.

Em "b", Ele é brasileiro nato independente de requerimento, pois os pais estavam a passeio no Brasil.

Em "c", De acordo com o Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

Em "d", Ele é brasileiro nato, pois nasceu no Brasil.

Em "e", não há necessidade de ser naturalizado, pois de acordo com o art. 12 da CF, o mesmo é brasileiro nato.

GABARITO OFICIAL: C

5.

As alternativas "A", "B" e "C", já estão erradas, pois as frases começam com "errada", sendo que a questão se encontra certa. De acordo com o art. 37, XVI, b, da CF, não pode acumular cargos públicos de natureza técnica. Isto é, a CF não veda todas as formas de acumulação, como transcreve a assertiva "E".

GABARITO OFICIAL: D

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”.

Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM.

Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.

Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.

Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF.

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.

Advogada e consultora jurídica.

1. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018) Centros de competência especializada dispostos na intimidade de uma pessoa jurídica, sem personalidade jurídica e vontade próprias, com intenção de garantir a especialização nas atividades prestadas com maior eficiência, são chamados pela doutrina de Direito Administrativo de:

- a) órgãos, sejam da Administração Direta, sejam as entidades de direito público da Administração Indireta, e somente podem ser criados ou extintos por meio de lei;
- b) autarquias, que fazem parte da Administração Indireta, e somente podem ser criadas por meio de lei específica, após regular processo legislativo;
- c) fundações públicas, que fazem parte da Administração Indireta, e podem ser criadas por meio de qualquer ato normativo;
- d) entidades da Administração Indireta, que podem ser criadas por meio de qualquer ato normativo, após regular processo administrativo ou legislativo;
- e) entidades da Administração Direta, que somente podem ser criadas ou extintas por meio de lei, após regular processo legislativo.

PODERES DA ADMINISTRAÇÃO

2. (TJ-AL – TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA JUDICIÁRIA) – FGV – 2018) Em tema de poderes administrativos, a doutrina de Direito Administrativo ensina que os atos administrativos da delegação e da avocação são fundamentados na prerrogativa do agente público decorrente do poder:

- a) disciplinar, segundo o qual o agente público com competência pode expedir normas gerais e abstratas para viabilizar a aplicabilidade de lei preexistente;
- b) hierárquico, segundo o qual o agente público de hierarquia superior pode, na forma da lei, estender ou chamar para si, de forma temporária, competência para determinado ato;
- c) normativo, segundo o qual o agente público pode restringir liberdades individuais e propriedade privada em prol do interesse público coletivo;
- d) regulamentar, segundo o qual a autoridade pública competente deve expedir decretos autônomos para disciplinar o funcionamento orgânico da administração;
- e) de polícia, segundo o qual a autoridade pública tem a faculdade de estabelecer a competência dos servidores que lhe são vinculados, sob pena de uso das forças de segurança.

1.

Em “a”, os órgãos podem fazer parte tanto da Administração Direta quanto da Indireta, possuindo o propósito de organização interna e divisão de competências, e apenas podem ser criados por lei (artigo 61, § 1º, II, CF atribui ao chefe do Executivo federal a iniciativa legislativa para criação e extinção de órgãos públicos). Como se vinculam à pessoa jurídica da Administração, não possuem personalidade jurídica própria.

Em “b” e “c”, tanto fundações públicas quanto autarquias possuem personalidade jurídica próprias e ambas são criadas por lei. Não existem intimamente dentro de uma pessoa jurídica, pois eles mesmos são pessoas jurídicas.

Em “d” e “e”, tanto as entidades da administração direta quanto da indireta possuem órgãos.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em “a”, se descreve o poder regulamentar, não o disciplinar (que permite a aplicação de punições internas dos órgãos públicos para com servidores e colaboradores que a ele se relacionam), sendo que nenhum dos dois se enquadra no enunciado.

Em “b”, a delegação ocorre quando uma autoridade superior atribui a uma autoridade inferior o poder de exercer o ato administrativo que antes lhe competia, avocação ocorre quando a autoridade superior solicita para si o poder de exercer o ato administrativo que estava com a autoridade inferior. Sendo assim, em ambos casos se está diante de institutos associados à existência de hierarquia dentro da administração, o que significa que são exemplos de exercício do poder hierárquico.

Em “c”, se descreve o poder de polícia, não o normativo (que permite a edição de atos que regulamentem situações diversos dos Decretos Executivos), sendo que nenhum dos dois se enquadra no enunciado.

Em “d”, o poder regulamentar não corresponde ao enunciado e há que se frisar que apenas excepcionalmente pode ser exercido de forma autônoma, não podendo organizar a administração mediante criação ou extinção de cargos que gerem aumento orçamentário.

Em “e”, o poder de polícia é um poder geral de restringir liberdades individuais e propriedade privada em prol do interesse público coletivo, sendo que o poder de estabelecer competências dos agentes vinculados tem a ver com poder hierárquico.

GABARITO OFICIAL: B

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;

Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.

Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

1. (TJ-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – PUC-PR – 2017) Assim como Juran e Feigenbaum, W. Edwards Deming tornou-se um dos mais reconhecidos e influentes pioneiros da qualidade, especialmente no Japão e, mais tarde, nos EUA. Sobre os princípios de Qualidade que foram propostos por Deming, assim como o Ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act), avalie as afirmações a seguir.

I. Um dos quatorze princípios propostos por Deming apresenta o direcionamento para que não se dependa do processo de verificação e validação para o atingimento da qualidade.

II. Um dos quatorze princípios propostos por Deming apresenta o direcionamento para que se institua treinamento no próprio local de trabalho.

III. No ciclo PDCA, a fase Plan pode incluir a identificação do problema, a investigação de causas raízes e a proposição e planejamento de soluções.

IV. No ciclo PDCA, a fase Do é responsável pela atuação sobre os desvios observados para corrigi-los. Se necessário, faz o replanejamento das ações de melhoria.

É CORRETO apenas o que se afirma em

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) IV.
- d) III e IV.
- e) I e II.

2. (TJ-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – PUC-PR – 2017) Após ler e analisar os exemplos vinculados ao desperdício no setor jurídico, associe o exemplo ao desperdício mais evidente.

As Sete Categorias de Desperdício do Lean

- 1. Espera (pessoas esperando)
- 2. Sobre-produção (superprodução)
- 3. Retrabalho (Falhas, não conformidade)
- 4. Movimentação (pessoas que se movem)
- 5. Processamento (Excesso de processamento, burocracia)
- 6. Estoque (Armazenagem)
- 7. Transporte (Transporte de materiais)

_____ : produzindo três cópias da fita gravada da entrevista, mesmo que os advogados de defesa praticamente nunca peçam uma cópia. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia.

_____ : o tempo excessivamente grande enquanto as fitas gravadas são recuperadas da memória de um centro de dados, para que possam ser utilizadas por um oficial. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia.

_____ : todos os transportes de fitas entre departamentos de polícia, transcrição e armazenamento. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia.

_____ : comprovando informações que devem estar completas para a chegada da equipe de transcrição (não deve ser entregue incompleto). Verificando transcrições depois de terem sido devolvidas da correção (por estar errados uma segunda vez?). Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia.

_____ : todo o armazenamento de fitas, além de qualquer armazenamento temporário pelos oficiais em suas mesas. Além disso, o armazenamento de fitas em branco, necessárias para entrevistas. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia.

_____ : oficiais que viajam para a equipe de transcrição para entregar fitas (devido ao medo da perda) e qualquer viagem de / para armazenamento de fita. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia

_____ : correções de transcrições porque a fita original era inaudível, rompida etc. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia.

Identifique alternativa que melhor define a associação do exemplo ao desperdício (Sete Categorias de Desperdício do Lean).

- a) Estoque / Movimentação / Retrabalho / Sobre-produção / Espera / Transporte / Processamento.
- b) Processamento / Estoque / Espera / Transporte / Movimentação / Retrabalho / Sobre-produção.
- c) Sobre-produção / Espera / Transporte / Processamento / Estoque / Movimentação / Retrabalho.
- d) Espera / Transporte / Processamento / Estoque / Sobre-produção / Movimentação / Retrabalho.
- e) Transporte / Processamento / Sobre-produção / Espera / Estoque / Retrabalho / Movimentação.

3. (TJ-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – UFMT – 2016) Sobre a era da qualidade na Administração, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Nas eras da inspeção e do controle estatístico, a ênfase estava na qualidade do produto e do serviço.
- () Atualmente a qualidade se institui como um sistema que abrange todos os aspectos de operação da empresa.
- () Na era do controle estatístico, fazia-se o controle dos materiais da empresa, porém os fornecedores não eram controlados.
- () A inspeção ou auditoria serve para decidir se um fornecedor tem ou não condições de continuar como tal e também de escolher novos fornecedores.

Assinale a sequência correta.

- a) V, V, F, V
- b) V, F, V, V
- c) F, V, F, F
- d) F, F, V, F

1.

Vamos analisar cada uma das afirmativas dadas:

Em "I": Errado – Na verdade, o princípio de Deming coloca a necessidade de compreensão no uso da inspeção, eliminando-se assim a inspeção em massa, e implantando a qualidade em todo o processo produtivo, desde o primeiro estágio, afinal, a qualidade não deriva da inspeção e sim de um processo produtivo melhor.

Em "II": Certo – Deming defende a formação no local de trabalho, onde todos conheçam suas funções e o papel que desempenham, levando-os a se sentirem parte da equipe e valorizar a atividade que desenvolvem.

Em "III" Certo – Conforme imagem a seguir, podemos sim identificar nessa fase a identificação do problema, a investigação de causas raízes (análise do processo) e a proposição e planejamento de soluções.



Em "IV": Errado – Essa atuação sobre os desvios para que estes sejam corrigidos se dá na fase ACT. Na fase citada pela afirmativa, o que temos é a execução dos planos traçados na primeira fase.

Portanto,

GABARITO OFICIAL: A

2.

Em "situação I": SOBRE-PRODUÇÃO – Produzindo três cópias da fita gravada da entrevista, mesmo que os advogados de defesa praticamente nunca peçam uma cópia. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia. O desperdício se refere a produzir mais do que aquilo que é necessário.

Em "situação II": ESPERA – O tempo excessivamente grande enquanto as fitas gravadas são recuperadas da memória de um centro de dados, para que possam ser utilizadas por um oficial. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia. O desperdício se refere à ociosidade ou tempo de espera tanto de pessoas como de equipamentos.

Em "situação III": TRANSPORTE – Todos os transportes de fitas entre departamentos de polícia, transcrição e armazenamento. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia. O desperdício se refere ao movimento desnecessário de material, equipamento ou ferramentas.

Em "situação IV": PROCESSAMENTO – Comprovando informações que devem estar completas para a chegada da equipe de transcrição (não deve ser entregue incompleto). Verificando transcrições depois de terem sido devolvidas da correção (por estar errados uma segunda vez?). Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia. O desperdício se refere à processos que não agregam valor realizado pelo homem ou pela máquina.

Em "situação V": ESTOQUE – Todo o armazenamento de fitas, além de qualquer armazenamento temporário pelos oficiais em suas mesas. Além disso, o armazenamento de fitas em branco, necessárias para entrevistas. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia. O desperdício se refere ao estoque em excesso de matéria prima, insumo ou produto final.

Em "situação VI": MOVIMENTAÇÃO – Oficiais que viajam para a equipe de transcrição para entregar fitas (devido ao medo da perda) e qualquer viagem de / para armazenamento de fita. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia. O desperdício se refere aos movimentos desnecessários dos indivíduos.

Em "situação VII": RETRABALHO – Correções de transcrições porque a fita original era inaudível, rompida etc. Ex. em processos de entrevista gravadas pela polícia. O desperdício se refere ao processamento de produtos defeituosos, no uso de materiais em processos com defeitos ou ainda ao retrabalho de produtos com defeitos.

GABARITO OFICIAL: C

3.

1- Era da inspeção

- o foco é no produto e no serviço
- verificação individual de produtos e peças
- cliente participando na inspeção
- identificação de defeitos, porém, busca da qualidade não é o foco.

2- Era do controle estatístico

- na verificação dos produtos faz-se uso de amostragens
- o departamento de controle da qualidade fica a cargo da tarefa
- a ênfase é na identificação dos defeitos

3- Era da qualidade total

- o foco é no cliente e no sistema
- processo produtivo passa a ser mais controlado
- a organização assume a responsabilidade pela qualidade em todos seus departamentos.

- o foco é preventivo e não corretivo. (defeitos)
- adota-se o uso de sistemas de administração da qualidade

Para sinalizar o acerto ou o erro vamos enumerar as afirmativas de I a IV.

Em "I" – VERDADEIRO, a ênfase é na qualidade dos produtos, serviços (e não no resultado) e identificação dos defeitos.

Em "II" – VERDADEIRO, a organização assume a responsabilidade pela qualidade em todos seus departamentos.

Em "III" - FALSO, o controle era por amostragem, tendo como foco os defeitos, e não da qualidade dos produtos em si. O controle individual se dá na era da inspeção.

Em "IV", VERDADEIRO, essa era tem por objetivo separar o bom produto do produto defeituoso por meio da observação direta, o que está diretamente relacionado com o fornecedor.

Portanto, a sequência correta é: V –V –F-V

GABARITO OFICIAL: A

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Sobre a Autora

Tatiana Carvalho

Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco-SP.

MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas-SP.

Curso de Formação de professores, realizado na UNIP-SP.

Experiência profissional multidisciplinar, adquirida em empresas de serviços e comércio.

Atuou na rotina administrativa e na financeira (contas a pagar e receber; fluxo de caixa; cobrança e faturamento; conciliação bancária; análise e conciliação contábil), operando sistemas de gestão como InterQuadran e Prosoft.

Participação em vários cursos e palestras de desenvolvimento e aprimoramento nas áreas de Finanças, Administração e Contabilidade, em instituições importantes como: Corecon, BM&FBOVESPA, SENAI, SEBRAE e SENAC.

Consultora voluntária em Gestão Social do Instituto GESOC.

Professora do Centro Paula Souza ETEC, onde lecionou os cursos de Logística, Administração, Finanças e Serviço Jurídico.

1. (TJ-SP – CONTADOR JUDICIÁRIO – SUPERIOR – VUNESP – 2015) A emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária, nos termos da Lei Complementar nº 101/00, corresponde à definição de:

- a) concessão de garantia.
- b) dívida pública imobiliária.
- c) refinanciamento da dívida mobiliária.
- d) dívida pública fundada.
- e) operação de crédito.

2. (TJ-AP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – ADMINISTRAÇÃO – SUPERIOR – FCC – 2014) Sobre a Receita Corrente Líquida, instituída e normatizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

- a) as receitas de operações de crédito e de alienação de ativos são incorporadas na sua base de cálculo, porém, estes recursos só podem ser utilizados na aquisição de bens.
- b) a sua divulgação ocorrerá mensalmente, acompanhando o relatório de gestão fiscal, possibilitando o acompanhamento de eventual queda de arrecadação e a adoção de imediatas medidas de contingenciamento das despesas.
- c) o seu demonstrativo de apuração deverá acompanhar a elaboração do relatório resumido de execução orçamentário, que deverá ser publicado em até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.
- d) para acompanhamento dos limites de gasto pessoal, previdenciário e endividamento deverá ser apurada quadrimestralmente, levando-se em conta as receitas acumuladas até o último mês do quadrimestre de referência.
- e) a sua apuração será realizada trimestralmente visando o acompanhamento do cumprimento dos limites constitucionais definidos para os gastos com educação e saúde.

3. (TJ-SC – ANALISTA ADMINISTRATIVO – SUPERIOR – FGV – 2015) Durante a execução orçamentária, as receitas e despesas não se executam de forma perfeitamente ajustada, para isso a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de desembolsos. De acordo com as disposições legais relativas à programação financeira e ao cronograma de desembolsos:

- a) as metas de arrecadação são desdobradas em cotas trimestrais.
- b) as operações extraorçamentárias não são incluídas na programação financeira.
- c) o cronograma de desembolsos é de execução mensal.
- d) os recursos legalmente vinculados não precisam ser desdobrados em metas de arrecadação.
- e) por ser objeto de publicação oficial, o cronograma só pode ser alterado com autorização legislativa.

1.

Em "a": Errado – IV - concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Em "b": Errado – II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

Em "c": Certo – V- refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária. Conforme Art. 29.

Em "d": Errado – I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

Em "e": Errado – III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em "a": Errado – Operações de Crédito e Alienação de Ativos são receitas de capital e não integram o cálculo da receita corrente.

Em "b": Errado – De acordo com a LRF, a apuração da receita corrente líquida acompanha o RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária), que é de publicação bimestral (LC 101/2000, art. 53, I).

Em "c": Certo – Art. 53 da LC nº 101/2000: Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a: I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

Em "d": Errado – Quem faz acompanhamento de limites de despesas é o RGF (Relatório de Gestão Fiscal), que é o total de despesas dividido pelo total da receita corrente líquida. Além disso, como dito acima, a receita corrente líquida acompanha o RREO, ou seja, deve ser apurada bimestralmente.

Em "e": Errado – A apuração ocorrerá a cada bimestre.

GABARITO OFICIAL: C**3.**

Em "a": Errado – Em cumprimento ao artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, as receitas previstas são desdobradas em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recurso.

Em "b": Errado – Lei 4.320, Art. 49: A programação da despesa orçamentária, para efeito do disposto no artigo anterior, levará em conta os créditos adicionais e as operações extraorçamentárias.

Em “c”: Certo – Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso (art. 8º da LRF).

Em “d”: Errado – LRF, Art. 13: No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Em “e”: Errado – Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento da meta, o Poder Executivo apura a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira da União, comunicando aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público, que por ato próprio promovem a limitação segundo os critérios estabelecidos pela LDO.

GABARITO OFICIAL: C

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sobre o Autor

Cristiano Silva

Graduado em Administração pela UNINOVE.
Graduado em Gestão Pública pela UNICESUMAR.
Na área de docência, larga experiência na orientação à aprendizagem do aluno.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos desde 2005.

Professor de Administração e Gestão, transmitindo de modo didático o conhecimento destas disciplinas com o objetivo de aprovar o aluno no concurso público.

Aprovado em concursos públicos: no concurso da Secretaria do Planejamento e Saúde da Prefeitura de Guarulhos (agente administrativo da área de gestão pública). Concursos da Caixa Econômica Federal, CPTM e Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Autor de livros publicados pela Nova Concursos, editora líder em materiais didáticos, cursos on-line e videoaulas voltados à preparação para a carreira pública.

1. (TJ-RS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FAURGS – 2017) A Administração Pública brasileira passou por diversos processos de transformação ao longo de sua história. Assinale a alternativa que NÃO expressa uma mudança instituída a partir da Constituição de 1988.

- a) Introdução da transferência de atividades públicas para a administração indireta.
- b) Abertura de oportunidades para maior participação cidadã.
- c) Fortalecimento do controle externo da administração pública.
- d) Descentralização das políticas públicas, conferindo um grau maior de autonomia político-administrativa aos municípios e estados.
- e) Universalização do princípio de concurso público para recrutamento do servidor.

2. (TJ-RS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FAURGS – 2017) A proposta formalizada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, em 1995, buscava orientar a transição para um modelo_____de administração pública. Segundo consta no documento orientador do plano, um dos reflexos dessa transformação seria a mudança de controle de resultados_____para controle de resultados_____. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- a) burocrático - a priori - a posteriori
- b) burocrático - a posteriori- a priori
- c) gerencial - a priori - a posteriori
- d) gerencial - a posteriori- a priori
- e) patrimonialista - a priori - a posteriori

3. (TJ-CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2014) Nas últimas décadas, a natureza e a estrutura das organizações evoluíram de modelos tradicionais, com base em controle, para modelos contemporâneos, com base em aprendizagem. Com relação às características desses modelos, assinale a opção correta.

- a) Uma característica presente nos modelos contemporâneos é a comunicação verticalizada.
- b) Nos modelos tradicionais, as tarefas costumam ser compartilhadas entre os indivíduos.
- c) Os modelos contemporâneos são marcados normalmente por tomadas de decisão centralizada.
- d) Uma das premissas dos modelos tradicionais é a redução de normas.
- e) A hierarquia flexibilizada caracteriza os modelos com base em aprendizagem.

1.

Em "a": A introdução da transferência de atividades públicas para administração indireta ocorreu pelo Decreto 200/67, pode ser observado no art. 6º "As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento, coordenação, descentralização delegação de Competência e controle".

Em "b": A constituição federal como carta magna de extrema importância à participação social, como Estado Democrático de Direito "CF – art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito".

Em "c": Pode-se perceber o fortalecimento do controle externo, conforme mencionado na constituição federal em seu artigo 71. "CF – art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União".

Em "d": Descentralização é uma forma de transferência que nesse caso se refere às políticas públicas como sociais, saúde, educação e outras.

Em "e": Universalização do princípio do concurso público embasado pelo artigo 37 da constituição federal. "CF Art. 37, I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração".

GABARITO OFICIAL: A

2.

Em "a": O Plano da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado instituiu o modelo gerencial e não o burocrático.

Em "b": Mais uma vez a alternativa induz ao modelo burocrático quando na verdade o modelo é gerencial e ainda uma inversão entre a posteriori e priori.

Em "c": O Plano Diretor da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado implantou o modelo gerencial e a administração pública deixa de se basear no controle por processos (a priori) para se basear nos resultados.

Em "d": inversão entre posteriori e priori.

Em "e": O modelo patrimonialista ocorreu até meados da década de 30, pois em 1936 foi instituído o modelo burocrático para combater práticas patrimonialistas.

GABARITO OFICIAL: C

3.

Em "a": A comunicação presente nos modelos contemporâneos é a horizontal "entre os pares", informal e circular "entre todos".

Em "b": As tarefas costumam ser compartilhadas no modelo contemporâneo.

Em "c": A tomada de decisão dos modelos contemporâneos são comumente descentralizados.

Em "d": Os modelos tradicionais estão relacionados às regras excessivas.

Em "e": Nos modelos contemporâneos o intuito é reduzir a hierarquia de forma que seja mais orgânica e descentralizada e consequentemente com base na aprendizagem.

GABARITO OFICIAL: E

ORÇAMENTO PÚBLICO

Sobre o Autor

Cristiano Silva

Graduado em Administração pela UNINOVE.
Graduado em Gestão Pública pela UNICESUMAR.
Na área de docência, larga experiência na orientação à aprendizagem do aluno.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos desde 2005.

Professor de Administração e Gestão, transmitindo de modo didático o conhecimento destas disciplinas com o objetivo de aprovar o aluno no concurso público.

Aprovado em concursos públicos: no concurso da Secretaria do Planejamento e Saúde da Prefeitura de Guarulhos (agente administrativo da área de gestão pública). Concursos da Caixa Econômica Federal, CPTM e Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Autor de livros publicados pela Nova Concursos, editora líder em materiais didáticos, cursos on-line e videoaulas voltados à preparação para a carreira pública.

CONCEITOS DE ORÇAMENTO PÚBLICO

1. (TJ-SC - ANALISTA ADMINISTRATIVO – FGV – 2018) Os instrumentos de planejamento PPA, LDO e LOA têm seus conteúdos específicos previstos na Constituição Federal e na LRF.

A apresentação, montante e forma de utilização da reserva de contingência constituem um conteúdo:

- a) exclusivo da LOA;
- b) exclusivo da LDO;
- c) atribuído à LOA e LDO;
- d) atribuído à LOA e PPA;
- e) atribuído à LDO e PPA.

2. (STM - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018)

Acerca de administração financeira e orçamentária e do orçamento público no Brasil, julgue o próximo item.

Se o Congresso Nacional não receber a proposta orçamentária elaborada pelo Poder Executivo no prazo fixado pela Constituição Federal, ele deverá elaborar sua própria proposta orçamentária, sem prejuízo da imposição de sanções cabíveis.

() CERTO () ERRADO

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO – PPA – LDO - LOA

3. (STJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA – CESPE – 2018) Acerca do plano plurianual, das classificações orçamentárias e da estrutura programática, julgue o item a seguir.

De acordo com a última lei do plano plurianual, programa temático é aquele que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

() CERTO () ERRADO

4. (TJ-RS PROVA: FAURGS – CONTADOR – FAURGS – 2016) Considere as sentenças a seguir sobre a Lei de Orçamentos. I - Compreende todas as receitas, inclusive as de operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e no passivo financeiros. II - Compreende todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que por intermédio deles se devam realizar. III - Não consigna dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no art. 20 e seu parágrafo único. De acordo com a Lei nº 4.320 de 17/03/64 e alterações, quais estão corretas?

- a) Apenas II.

- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas I, II e III.

5. (TJ-MS - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - CONTABILIDADE - PUC-PR - 2017)

Leia as afirmações a seguir sobre o processo de planejamento orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual).

- I. O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal do Brasil de 1988.
- II. O modelo orçamentário brasileiro compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPa), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOa).
- III. O PPA, com vigência de dois anos, tem como função estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo da administração pública.
- IV. Cabe à LDO, quadrienalmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte.
- V. A LDO, ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte, torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

Assinale a alternativa que indica apenas as assertivas CORRETAS.

- a) II, III e IV.
- b) I, II e V.
- c) III, IV e V.
- d) II, IV e V.
- e) I, III e V.

6. (TJM-MG - OFICIAL JUDICIÁRIO - ASSISTENTE TÉCNICO DE CONTROLE FINANCEIRO - FUMARC - 2013)

De acordo com a Constituição Federal/88, a Lei Orçamentária Anual - LOA compreenderá, EXCETO o orçamento

- a) fiscal.
- b) de investimentos.
- c) da seguridade social.
- d) de custeio de despesas com pessoal.

1.

Em “a”: Não é exclusivo da LOA – Lei Orçamentária Anual, pois também está inserida na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. “Art. 4o A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e: I - disporá também sobre: b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9o e no inciso II do § 1o do art. 31”.

Em “b”: Não é exclusivo da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, pois também está inserida na LOA – Lei Orçamentária Anual conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal “Art. 5o O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao: b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos”.

Em “c”: Atribuído à LDO e LOA conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. LDO - “Art. 4o A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e: I - disporá também sobre: b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9o e no inciso II do § 1o do art. 31”. LOA - “Art. 5o O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar: III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao: b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos”.

Em “d”: Não há atribuição ao PPA – Plano Plurianual. Na LOA encontramos a partir da LRF em seu artigo 5º, III.

Em “e”: Não há atribuição ao PPA – Plano Plurianual. Na LDO encontramos a partir da LRF em seu artigo 4º, I, a.

GABARITO OFICIAL: C

2.

O PL – Poder Legislativo considera como proposta a lei de orçamento vigente. O embasamento encontra-se no Art. 32 da Lei 4.320/64: Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

3.

O MTO 2018 – Manual Técnico de Orçamento nos remete aos conceitos de programas temáticos e programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado. Programa Temático: aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade. Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: aquele que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**4.**

Em “I”: Na Lei de Orçamento compreenderá as receitas orçamentárias e portanto exclui-se as receitas extraorçamentárias, como: operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda. Artigo 3º. da Lei 4320/64 “Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros”.

Em “II”: Conformidade com a Lei 4320/64 – “Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º”.

Em “III”: Conformidade com a Lei 4320/64 – “Art. 5º A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único”.

GABARITO OFICIAL: D**5.**

Em “I”: A constituição federal de 1988 estabelece o sistema orçamentário brasileiro dos artigos 165 a 169.

Em “II”: O modelo orçamentário brasileiro é multidocumental, pois apresenta 03 (três) leis conforme a constituição federal, há uma seção para o assunto mencionado (DOS ORÇAMENTOS). “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais.”

Em “III”: O PPA – Plano Plurianual tem vigência de 04 (quatro) anos.

Em “IV”: A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias tem vigência anual. A LDO todo ano é encaminhada do Poder Executivo ao Legislativo até o dia 15 de abril (08 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro) e devolvida do Poder Legislativo ao Executivo até o dia 17/07 (encerramento do primeiro período da sessão legislativa).

Em “V”: A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridade e com isso se torna a ligação entre o planejamento (PPA) e a execução (LOA).

GABARITO OFICIAL: B

6.

Em "a": Conforme a CF em seu artigo 165 "§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá: I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público".

Em "b": Conforme a CF em seu artigo 165 "§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá: II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto".

Em "c": Conforme a CF em seu artigo 165 "§ 5º A lei orçamentária anual compreender: III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público".

Em "d": O orçamento por si só constará de custeio de despesa com pessoal, mas não ser chamado conforme consta na alternativa em questão.

GABARITO OFICIAL: D

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sobre o Autor

Carlos Vicente Coutinho Neto

Licenciado em Direito pelo Centro Paula Souza.

Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Coordenador do Curso Técnico de Recursos Humanos da ETEC Professor André Bogasian – Osasco-SP.

Professor concursado do Centro Paula Souza, leciona Legislação Empresarial, Legislação e Relações Trabalhistas, Práticas de Departamento Pessoal, Ética e Cidadania Organizacional e Legislação Previdenciária e Tributária.

Advogado.

Consultor Jurídico.

1. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2017) Nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência

- a) poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, tratamento ou institucionalização forçada, mediante prévia avaliação biopsíquico-social, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- b) em situação de curatela, não terá participação na obtenção de consentimento para a prática dos atos da vida civil, pois, em tal circunstância, não possui qualquer capacidade civil.
- c) está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, a fim de que sejam construídos ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- d) somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.
- e) e seu acompanhante ou atendente pessoal têm direito à prioridade na tramitação processual e nos procedimentos judiciais em que forem partes ou interessados.

2. (TJ-PE – OFICIAL DE JUSTIÇA – IBFC – 2017) O Estatuto da Pessoa com Deficiência em vigor no Estado brasileiro qualifica direitos atinentes àqueles portadores de algum tipo de deficiência. Dentre os direitos estabelecidos em lei destacamos o direito ao trabalho. Sobre esse tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) É dever do Poder Público implementar serviços e programas completos de habilitação profissional para acesso do deficiente ao mercado de trabalho, sendo que caberá a uma equipe multidisciplinar indicar o programa adequado
- b) Apenas pessoas de Direito Público são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e focados na inclusão da pessoa com deficiência
- c) É defeso qualquer tipo de restrição à participação de pessoa com deficiência em etapa de recrutamento e seleção
- d) Serve como diretriz para inclusão da pessoa com deficiência no trabalho o respeito ao perfil vocacional
- e) Deve ser possibilitada a participação de organizações da sociedade civil para auxiliar na colocação competitiva da pessoa com deficiência no mercado de trabalho

1.

Em “a”: a assertiva viola expressamente o disposto no art. 11 da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). (Errado)

Em “b”: alternativa vai de encontro ao disposto no § 2º do art. 84, uma vez que este prevê a hipótese de “processo de tomada de decisão apoiada”, ou seja, dependendo do grau de deficiência intelectual apresentada, a pessoa poderá fazer uso de sua vontade, possuindo, portanto, capacidade civil relativa, inclusive nos termos do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro. (Errado)

Em “c”: alternativa é totalmente contrária ao que dispõe o art. 4º, § 2º, da Lei 13.146/2015. (Errado)

Em “d”: conforme disposto no art. 13 do referido texto legislativo, as pessoas com deficiência poderão ser atendidas sem o prévio consentimento apenas nesta hipótese. Esta alternativa, portanto, repete praticamente *ipsis litteris* o que está contido no referido artigo de lei. (Certo)

Em “e”: a alternativa resta prejudicada pela vedação expressa contida no § 1º do art. 9º da lei em comento, a qual não estende o benefício de prioridade de tramitação processual ao atendente pessoal ou acompanhante.

GABARITO OFICIAL: D**2.**

Em “a”: repete-se o contido no art. 36, caput, e § 1º, da Lei 13.146/2015. Portanto, trata-se de uma alternativa correta, e o enunciado pede a alternativa incorreta.

Em “b”: contraria-se frontalmente o disposto no artigo 34, § 1º, da Lei 13.146/2015. Logo, eis a alternativa incorreta pedida no enunciado.

Em “c”, “d” e “e”: as demais alternativas contêm o disposto nos demais parágrafos do artigo 34 da referida lei, assim, são assertivas corretas.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO CIVIL

Sobre a Autora

Mariela Cardoso

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

Especialista pela Fundação Getúlio Vargas.

Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP.

Professora especializada.

DOMICÍLIO

1. (TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR - FGV – 2018) Ricardo, empresário bem sucedido, reside em Florianópolis, onde mantém o escritório da sociedade empresária de que é sócio e administrador. É proprietário de casa de praia em Garopaba e de uma chácara em Urubici, para o lazer de inverno da família. A situação descrita indica como domicílio(s) de Ricardo:

- a) Florianópolis;
- b) Urubici;
- c) Florianópolis, Garopaba e Urubici;
- d) Garopaba;
- e) Garopaba e Urubici.

CONTRATOS

2. (TJ-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR - FGV – 2018) Ana alugou o apartamento de Luiza, por meio de contrato em que as partes optaram, mediante cláusula expressa, por dispor que a proprietária somente poderia cobrar aluguéis vencidos e não pagos dos últimos seis meses. A respeito dessa cláusula, é correto afirmar que:

- a) resulta da liberdade das partes, pelo que deve ser observada;
- b) é regular, pois altera prazo decadencial;
- c) é irregular, visto que altera prazo prescricional;
- d) é condicionada ao não pagamento dos aluguéis no aludido período;
- e) deve ser a cada seis meses renovada para se manter regular.

3. (TJ-CE - JUIZ SUBSTITUTO - CESPE – 2018) Maria decidiu alugar um imóvel de sua propriedade para Ana, que, no momento da assinatura do contrato, tinha dezessete anos de idade. Nessa situação hipotética, o contrato celebrado pelas partes é

- a) nulo, uma vez que foi firmado por pessoa absolutamente incapaz, condição que pode servir de argumento para Ana extinguir o contrato.
- b) anulável, portanto passível de convalidação, ressalvado direito de terceiros.
- c) válido, desde que tenha sido formalizado por escritura pública, visto que tem por objeto um imóvel.
- d) nulo, porque Ana deveria ter sido representada por um de seus genitores.
- e) válido, ainda que Ana não possua capacidade de direito para celebrar o contrato de aluguel.

1.

- a) Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Considerar-se-á domicílio de Ricardo somente a cidade de Florianópolis.
- b) O domicílio civil da pessoa natural pode ser conceituado como o local onde a pessoa se encontra presente para efeitos de direito e onde habitualmente exerce ou pratica seus atos e negócios jurídicos.
- c) Diferencia-se da concepção de moradia, na qual há uma mera situação de fato. É onde a pessoa encontra-se ocasionalmente, não havendo o ânimo de permanência. Já a residência é onde a pessoa habita permanentemente, podendo coincidir com o domicílio legal.
- d) Segundo o Código Civil, o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo. Caso possua diversas residências, seu domicílio poderá ser qualquer uma delas, havendo a chamada pluralidade domiciliar.
- e) Como a propriedade na casa de praia em Garopaba e a chácara em Urubici não tem como finalidade o ânimo definitivo de ali permanecer, sendo somente para o lazer, não é considerado domicílio.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

- a) Prazos prescricionais é preceito de ordem Pública, não cabendo as partes alterarem.
- b) Prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes por se tratar de direito adquirido.
- c) Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- d) Art. 206 CC. Prescreve:
§3º em três anos:
I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- e) Prazos: 1 ano para: seguro, hospedagem, custas judiciais no geral e a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas; 2 anos para: prestações alimentares; 3 anos para: aluguéis, rendas temporárias ou vitalícias, a pretensão para haver juros, dividendos, reparação civil, pagamento de título de crédito, beneficiário contra o segurador; 4 anos: pretensão relativa à tutela; 5 anos: a pretensão de cobrança de dívidas e 10 anos: Se não fixado:

GABARITO OFICIAL: C**3.**

- a) nulo, uma vez que foi firmado por pessoa absolutamente incapaz (Relativamente Incapaz), condição que pode servir de argumento para Ana extinguir o contrato.
- b) Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

l - por incapacidade relativa do agente;

Art. 172. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

c) Escritura pública só é obrigatório se o imóvel tiver um valor superior a 30 salários mínimos.

d) Os relativamente incapazes serão assistidos.

e) Capacidade de Direito todos possuem, ela não possui é capacidade de fato plena.

GABARITO OFICIAL: B

4.

a) Contrato benéfico ou gratuito é aquele que, de acordo com a vontade das partes, só consigna vantagem para uma das partes.

b) Contrato aleatório é aquele em que as vantagens são incertas, podendo ser maiores, iguais ou menores do que as prestações realizadas para obtê-las, ou até absolutamente nulas.

c) Contrato bilateral impróprio é aquele que nasce unilateral, mas por uma alteração na essência passa a ser bilateral; razão pela qual passa a ser denominado unilateral imperfeito ou impróprio.

d) Contrato derivado é aquele cujo objeto é extraído do próprio objeto do contrato principal, como ocorre na locação e sublocação.

e) Contratos comutativos são aqueles nos quais as partes podem prever, em maior grau, os riscos e benefícios decorrentes do negócio jurídico. Não se pode dizer que todo contrato tem certa aleatoriedade. As externalidades que eventualmente afetem o contrato não fazem parte do ajuste. Os contratos aleatórios por excelência têm por objeto uma incerteza; os contratos comutativos têm por objeto uma certeza, mas que pode ser influenciada por externalidades – que, contudo, não fazem parte do negócio jurídico.

GABARITO OFICIAL: E

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sobre a Autora

Greice Aline da Costa Sarquis Pinto

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP).

Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP.

Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS

1. (TJ-RO – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO – IESES – 2017) Acerca dos Atos Processuais e sua disciplina no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O art. 188 do Código de Processo Civil consagra o sistema de instrumentalidade das formas.
- b) A regra em se tratando de atos processuais é que sejam realizados e tramitem em segredo de justiça.
- c) O uso da língua portuguesa pode ser dispensado na prática de certos atos e termos do processo.
- d) Não é lícito às partes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo, ainda que verse exclusivamente sobre direitos que admitam autocomposição.

PRINCÍPIOS

2. (TJ-MG – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – CONSULPLAN – 2018) São princípios fundamentais do processo civil, EXCETO:

- a) Isonomia.
- b) Cooperação.
- c) Informalidade.
- d) Boa-fé objetiva.

DAS PARTES E DOS PROCURADORES

3. (TJ-SP – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO – VUNESP – 2018) Analise as afirmações a seguir em relação às normas fundamentais do processo civil.

- I. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito, justa e efetiva.
- II. As partes têm o direito de obter em tempo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- III. O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, excetuando as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.
- IV. Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) I e IV
- d) II e III.

4. (TJ-SP – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO – VUNESP – 2018) É correto afirmar que

- a) o adquirente da coisa litigiosa sucede a parte alienante no processo, independentemente do consentimento da parte contrária.
- b) o Juiz deve nomear curador especial ao réu preso revel.
- c) em ação que verse sobre direito real imobiliário, basta a citação de um dos cônjuges, se casados sob o regime de comunhão parcial de bens.
- d) não é cabível requerimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial do processo de conhecimento.

5. (TJ-PR – JUIZ SUBSTITUTO – CESPE – 2017) Em cada uma das próximas opções, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que, de acordo com a legislação processual, apresenta a assertiva correta.

- a) Foi distribuída para determinado juiz ação em que é parte instituição de ensino na qual ele leciona. Nessa situação, o magistrado tem de se declarar suspeito, haja vista que a suspeição independe de arguição do interessado.
- b) Em determinada ação de cobrança, o magistrado julgou parcialmente procedente o pedido autoral, condenando o réu a pagar metade do valor pleiteado. Nessa situação, os honorários advocatícios deverão ser compensados em razão da sucumbência recíproca.
- c) O MP deixou de apresentar parecer após o prazo legal que possuía para se manifestar como fiscal da ordem jurídica. Nessa situação, o juiz deverá requisitar os autos e dar andamento ao processo mesmo sem a referida manifestação.
- d) Pedro ajuizou demanda contra Roberto e, na petição inicial, requereu a concessão de gratuidade de justiça. Nessa situação, caberá agravo de instrumento contra a decisão que denegar ou conceder o pedido de gratuidade.

6. (TJ-SC – OFICIAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – FGV – 2018) No que concerne à gratuidade de justiça, é correto afirmar que:

- a) só pode ser deferida ao litigante cuja causa seja patrocinada pela Defensoria Pública;
- b) a decisão que a indeferir é passível de impugnação por via recursal;
- c) compreende as multas impostas ao beneficiário em razão do cometimento de atos caracterizadores de litigância de má-fé;
- d) isenta o beneficiário da obrigação de pagar os honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência;
- e) deve ser requerida em petição autônoma, instruída com os documentos que comprovem a insuficiência de recursos.

1.

Em "a": Certo – No princípio da instrumentalidade das formas, temos que a existência do ato processual é um instrumento utilizado para se atingir determinada finalidade. Assim, ainda que com vício, se o ato atinge sua finalidade sem causar prejuízo às partes, não se declara sua nulidade.

Art. 188. Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.

Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Em "b": Errado – Conforme denota-se no artigo 189: Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos: Desse modo a regra é a publicidade.

Em "c": Errado – Art. 192. Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa. Não comportou exceções.

Em "d": Errado – Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Como se vê, é justamente o contrário. Trata-se da prática de Negócios Jurídicos Processuais, pois permite as partes intervir no rito procedimental para adequá-lo às suas conveniências e às da causa, tanto antes (por meio de instrumento particular) quanto durante o processo.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em "a": Isonomia – Certo – Nos termos do art. 7º, CPC: Art. 7º. É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

Em "b": Cooperação – Certo – Nos termos do art 6º, CPC: Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

Em "c": Informalidade – Errado – E, portanto, gabarito da questão, nos termos do art. 11, CPC: Art. 11. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

Em "d": Boa-fé objetiva – Certo – Nos termos do art. 5º, CPC: Art. 5º Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

GABARITO OFICIAL: C**3.**

Afirmativa I – Verdadeiro – Conforme dispõe o art. 6º, CPC/2015.

Afirmativa II – Falso – Conforme dispõe o art 4º do CPPC: Art. 4º As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

Afirmativa III – Falso – Pois o artigo 10 expõe que: Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Afirmativa IV– Verdadeiro – Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência, a resposta encontra-se no Art. 8º, CPC 2015.

GABARITO OFICIAL: C

4.

Em “a”: Errado – Art. 109, § 1, CPC (O adquirente ou cessionário NÃO poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, SEM QUE CONSINTA A PARTE CONTRÁRIA).

Em “b”: Certo – Art. 72, II, CPC. (O juiz nomeará curador especial ao: II. Réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado).

Em “c”: Errado – Art. 73, § 1, I, CPC (Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação: I. Que verse sobre direito real imobiliário, SALVO QUANDO CASADOS NO REGIME DE SEPARAÇÃO ABSOLUTA DE BENS).

Em “d”: Errado – Art. 134, § 2, CPC (Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for REQUERIDA NA PETIÇÃO INICIAL, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica).

GABARITO OFICIAL: B

5.

Em “a”: Errado – A hipótese veicula caso de impedimento.

Em “b”: Errado – É vedada a compensação de honorários no caso de sucumbência recíproca, conforme art. 85, § 14.

Em “c”: Certo – A alternativa está correta pois dispõe o artigo 180 do CPC: Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º. § 1º Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.

Em “d”: Errado – Só cabe agravo de instrumento em face da decisão que indefere ou revoga o benefício da gratuidade de justiça, art. 101.

GABARITO OFICIAL: C

6.

Em “a”: Errado – A Lei exige apenas a insuficiência de recursos para pagar as custas e não o patrocínio da causa pela Defensoria ou advogado dativo. Vejamos o art. 98, do NCP: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Em “b”: Certo – Contra a decisão que indefere a gratuidade cabe agravo de instrumento. Vejamos o art. 101, do NCPC: Art. 101. Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.

Em “c”: Errado – Vejamos o § 4º, do art. 98: § 4º. A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

Em “d”: Errado – Conforme prevê o § 2º, do art. 98, do NCPC:

§ 2º A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

Em “e”: Errado – Conforme o art. 99, do NCPC: Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP).

Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL.

Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF.

Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS.

Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito.

Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG.

Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR.

Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

1. (TJ-MG – JUIZ DE DIREITO – CONSULPLAN – 2018) Sobre o princípio da legalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É considerado por setor da doutrina como restrição deontológica de segundo grau, que não admite exceções.
- b) Tem como destinatários tanto o Juiz quanto o legislador e, no processo judicial, incide não apenas na fase de conhecimento, como também na fase de execução das penas.
- c) Tem como consectários a proibição de analogia em Direito Penal, de irretroatividade da lei penal gravosa, de utilização dos costumes para fundamentar ou agravar a pena e de criação de leis penais indeterminadas ou imprecisas.
- d) Tem âmbito de aplicação mais abrangente do que indica o teor literal da fórmula em latim “Nulla poena sine lege; nulla poena sine crimine; nullum crimen sine poena legali”, pois abrange crimes e contravenções penais, além de penas e medidas de segurança.

2. (TJ-CE – JUIZ DE DIREITO – CESPE – 2018) Um homem, maior de idade e capaz, foi preso em flagrante por ter subtraído duas garrafas de uísque de um supermercado. A observação da ação delituosa por meio do sistema de vídeo do estabelecimento permitiu aos seguranças a detenção do homem no estacionamento e a recuperação do produto furtado. O valor do produto subtraído equivalia a pouco mais de um terço do valor do salário mínimo vigente à época. Na fase investigatória, constatou-se que o agente do delito possuía condenação transitada em julgado por fato semelhante e que respondia por outras três ações penais em curso. Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O acusado poderá ser absolvido com base no princípio da insignificância, já que o valor dos objetos subtraídos era ínfimo e estes foram integralmente restituídos ao supermercado.
- b) Em razão da existência de sistema de monitoramento de vídeo no supermercado, trata-se de crime impossível por ineficácia absoluta do meio empregado.
- c) Não houve a consumação do furto, porque o homem foi preso em flagrante logo depois de evadir-se do supermercado.
- d) A reincidência do acusado não é motivo suficiente para afastar a aplicação do princípio da insignificância.
- e) Não cabe ao caso a compensação integral da atenuante de confissão espontânea e da agravante de reincidência específica.

3. (TJ-CE – JUIZ DE DIREITO – CESPE – 2018) A respeito dos princípios constitucionais penais e das escolas penais, assinale a opção correta.

- a) Legalidade ou reserva legal, anterioridade, retroatividade da lei penal benéfica, humanidade e in dubio pro reo são espécies de princípios constitucionais penais explícitos.
- b) O princípio da humanidade assegura o respeito à integridade física e moral do preso na medida em que motiva a vedação constitucional de pena de morte e de prisão perpétua.
- c) O princípio da responsabilidade pessoal impede que os familiares do condenado sofram os efeitos da condenação de ressarcimento de dano causado pela prática do crime.
- d) A posse de um único projétil de arma de fogo de uso permitido não configura crime se o agente não possuir arma que possa ser municiada, de acordo com o princípio da ofensividade.
- e) A Escola Clássica adotava a teoria mista, que entende a pena não apenas como retribuição ao infrator pelo mal causado, mas também como medida com finalidade preventiva.

TIPICIDADE

4. (TJ-MG – JUIZ DE DIREITO – CONSULPLAN – 2018) Fulano, querendo matar Beltrano, efetua um disparo de revólver contra este, mas erra o alvo, vindo a atingir Sicrano, ferindo este último levemente no braço. Nessa situação hipotética, conforme legislação aplicável ao caso, Fulano deverá responder por

- a) homicídio tentado contra Sicrano.
- b) homicídio tentado contra Beltrano.
- c) lesões corporais leves contra Sicrano.
- d) lesões corporais culposas contra Sicrano.

5. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV – 2018) Durante uma tragédia causada pela natureza, Júlio, que caminhava pela rua, é arrastado pela força do vento e acaba se chocando com uma terceira pessoa, que, em razão do choque, cai de cabeça ao chão e vem a falecer.

Sobre a consequência jurídica do ocorrido, é correto afirmar que:

- a) a tipicidade do fato restou afastada por ausência de tipicidade formal, apesar de haver conduta por parte de Júlio;
- b) a tipicidade do fato restou afastada, tendo em vista que não houve conduta penal por parte de Júlio;
- c) o fato é típico, ilícito e culpável, mas Júlio será isento de pena em razão da ausência de conduta;
- d) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica e ilícita, não é culpável, devendo esse ser absolvido;
- e) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica, não é ilícita, devendo esse ser absolvido.

1.

Em "a": Errada - o setor da doutrina que considera a restrição deontológica de segundo grau não admite exceções, significa que esta doutrina é constituída sobre o princípio do dever.

Em "b": Errada - o princípio da legalidade incide no direito penal e no direito processual penal, sendo de fundamental importância.

Em "c": Certa - é fato que não se pode criar um tipo penal (um crime) por analogia, uma vez que, somente a lei assim pode dispor, portanto, faz parte do desdobramento do princípio da legalidade a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito. Por dispositivo do próprio Código Penal, não se admite a retroatividade de lei mais grave para o agente.

Em "d": Errada - se o fato é definido em lei e classificado como crime, e outra conduta é descrita como contravenção penal, em ambas situações regem a máxima de que não há crime (ou contravenção penal) sem lei anterior que o defina, e não há pena sem cominação legal.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em "a": Errada - o agente pode até ser absolvido com o fundamento do princípio da insignificância, mas não pode ser absolvido sob a tese de ter restituído a coisa furtada, uma vez que não se trata de arrependimento eficaz, e que o delito não foi consumado por vontade alheia a do agente, sendo possível admitir o furto tentado.

Em "b": Errada - a ineficácia absoluta do meio empregado não pode ser atribuída ao fato de o local possuir sistema de monitoramento. Ineficácia absoluta do meio empregado, segundo a doutrina, é quando o agente, por exemplo, querendo o resultado morte de um desafeto, adiciona água no capô de refrigerante acreditando ser veneno e oferece à vítima, que bebe e não produz o resultado.

Em "c": Errada - o crime de furto existe e o agente foi surpreendido no estacionamento do supermercado.

Em "d": Certa - o princípio da insignificância é um conceito de doutrina que se aplicada a determinados casos quando a coisa subtraída é de pequeno valor. Os tribunais superiores entendem que não é motivo para afastar a aplicação do princípio da insignificância nos casos de reincidência do agente.

Em "e": Errada - não há previsão de compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência específica.

GABARITO OFICIAL: C**3.**

Em "a": Errada - o princípio da reserva legal ou da legalidade é constitucional explícito e também está contido no Código Penal. Os demais princípios são constitucionais implícitos ou princípios do direito penal.

Em “b”: Certa – o princípio da humanidade está implícito na Constituição Federal e tem como base o respeito à integridade física e moral o preso. Acrescente o fato de a Carta Magna vedar a pena de morte em tempo de paz e a prisão perpétua. Em “c”: Errada – o princípio da responsabilidade não pode ser confundido com o princípio da intranscendência. No primeiro pode os familiares ressarcirem o dano causado, no segundo, não pode recair sobre outrem a responsabilidade pela conduta criminosa.

Em “d”: Errada – a posse de um único projétil de arma de fogo, em regra, pode configurar crime, e isso independe de o agente ter arma de fogo ou não.

Em “e”: Errada – teoria mista ou unificadora e dupla finalidade – retribuição e prevenção, diz que a pena deve, simultaneamente, castigar o condenado pelo mal praticado e evitar a prática de novos crimes, tendo em relação ao criminoso como no tocante à sociedade (CLEBER MASSON, 2014).

GABARITO OFICIAL: B

4.

Em “a”: Errada – o agente responde por homicídio tentado, mas em face da vítima pretendida.

Em “b”: Certa – o agente responde pela sua vontade, ou seja, homicídio. Neste caso o homicídio não foi consumado, devendo ser responsabilizado pelo homicídio tentado. Sobre a vítima, há erro sobre a pessoa, Fulano quer matar Beltrano, e mesmo que tenha atingido Sicrano, deverá ser processado e julgado como se tivesse atingido a vítima pretendida, recaindo as eventuais circunstâncias agravantes e atenuantes referentes a Beltrano.

Em “c”: Errada – o agente não responderá por lesão corporal leve, uma vez que pretendia matar o desafeto, e deve ser considerada a vítima pretendida, virtual, e não a realmente atingida.

Em “d”: Errada – o agente não responderá por lesão corporal culposa, mas por tentativa de homicídio em face de Beltrano, que é a vítima pretendida.

GABARITO OFICIAL: B

5.

Em “a”: Errada – o erro nesta alternativa está em considerar que Júlio praticou alguma conduta.

Em “b”: Certa – não há nexo causal na conduta de Júlio, e por esse motivo, é correto dizer que está afastada a tipicidade do agente.

Em “c”: Errada – por Júlio não ter praticado conduta, não se pode considerar o fato típico, ilícito e culpável, ou seja, não há crime.

Em “d”: Errada – por Júlio não ter praticado conduta, não se pode considerar o fato típico e ilícito e, consequentemente, não é culpável, ou seja, não há crime.

Em “e”: Errada – tendo em vista que o fato ocorrido não teve a conduta de Júlio, não podemos dizer que seja fato típico e, consequentemente, não é ilícita, pois não há crime.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP).

Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL.

Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF.

Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS.

Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito.

Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM.

Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG.

Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR.

Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR.

Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. (TJ-DFT – TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO – CESPE – 2015) Acerca da aplicabilidade da lei processual penal no tempo e no espaço e dos princípios que regem o inquérito policial, julgue o item a seguir.

Por força de mandamento constitucional, o exercício do contraditório deve ser garantido ainda no curso do inquérito policial, não obstante a sua natureza administrativa e pré-processual.

() CERTO () ERRADO

2. (TJ-PR – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IBFC – 2014)

Assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei processual penal admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- b) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- c) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- d) No Distrito Federal e nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas não poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, devendo, neste caso, expedir carta precatória.

3. (TJ-DFT – TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO – CESPE – 2015) Acerca da aplicabilidade da lei processual penal no tempo e no espaço e dos princípios que regem o inquérito policial, julgue o item a seguir.

Em relação à aplicação da lei processual penal no espaço, vigora o princípio da territorialidade.

() CERTO () ERRADO

INQUÉRITO POLICIAL

4. (TJ-CE – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – IESES – 2018) É certo afirmar:

I. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais civis no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria, sobre os delitos civis, militares e administrativos.

II. Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil, penal ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito, constitui-se em crime de fraude processual.

III. As leis penais, em algumas hipóteses, incidem sobre os fatos delituosos cometidos fora do território brasileiro, apresentando, assim, excepcionalmente, uma extra-territorialidade. Entretanto, no que tange às leis processuais penais, estas não ultrapassam os limites do território do Estado que as promulgou. São eminentemente territoriais.

IV. O inquérito policial não é peça meramente informativa, trata-se de peça essencial para o deslinde do crime não sendo facultada a sua observância.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

5. (TJ-CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – CESPE – 2014) No que diz respeito ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- a) Se tratando de crimes de ação penal pública condicionada, o inquérito policial poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial sem a representação do ofendido, necessária apenas para dar início à ação penal.
- b) Tratando-se de crimes de ação penal privada, o inquérito policial poderá ser iniciado mediante requisição do Ministério Público ou da autoridade judiciária.
- c) O indiciado pode requerer à autoridade policial qualquer diligência que julgue necessária.
- d) A autoridade policial deve nomear curador ao indiciar menor de 18 anos de idade.
- e) Nos crimes de ação penal pública, o inquérito policial somente poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial.

1.

O Art. 5º, LV, da Constituição Federal, diz que aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Mas, o inquérito é apuração sumária dos fatos, não admitindo o contraditório.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**2.**

Em "a": Correta – A lei processual penal admite interpretação extensiva, aplicação analógica e os princípios gerais do direito.

Em "b": Correta – A regra é que a ação penal seja pública, e neste caso, o inquérito policial se inicia de ofício pela autoridade de polícia judiciária, com requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou requerimento da parte ofendida ou de ser representante legal.

Em "c": Correta – Art. 5º, 2º, do CPP, do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Chefe de Polícia.

Em "d": Incorreta – Ocorre que, nos termos do art. 22, do CPP, no Distrito Federal e nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições, e bem assim providenciará, até que compareça a autoridade competente, sobre qualquer fato que ocorra em sua presença, noutra circunscrição.

GABARITO OFICIAL: D**3.**

A lei processual penal, em regra, é regida pelo princípio da territorialidade, conforme art. 1º, do CPP.

GABARITO OFICIAL: CERTO**4.**

Afirmativa I – Incorreta – a polícia judiciária tem como finalidade apurar os crimes e sua autoria, e não os ilícitos administrativos e militares.

Afirmativa II – Correta – Nos termos do art. 347, do CPP, inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito, cuja pena cominada é de detenção, de três meses a dois anos, e multa. Portanto está correta a assertiva de que inovar artificialmente, na pendência de processo civil, penal ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito, constitui-se em crime de fraude processual.

Afirmativa III – Correta – Conforme o art. 1º, do CPP, o processo penal rege-se por todo o território nacional, por isso está correta a afirmação de as leis penais, em algumas hipóteses, incide sobre os fatos delituosos cometidos fora do território brasileiro, apresentando, assim, excepcionalmente, uma extraterritorialidade. Entretanto, no que tange às leis processuais penais, estas não ultrapassam os limites do território do Estado que as promulgou. São eminentemente territoriais.

Afirmativa IV – Incorreta – o inquérito policial pode ser dispensado, não é imprescindível para a ação penal, podendo, por exemplo, ser substituído pelo auto de prisão em flagrante.

GABARITO OFICIAL: C

5.

Em “a”: Errada – Nos crimes de ação penal pública condicionada, somente por meio da representação ou da requisição poderá ser instaurado o inquérito policial.

Em “b”: Errada – Na ação penal de iniciativa privada, somente a vítima ou seu representante legal poderá requerer à autoridade policial a instauração do inquérito policial.

Em “c”: Certa – Não somente o indiciado, como podemos observar no art. 14, do CPP, mas o ofendido, ou seu representante legal, poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

Em “d”: Errada – Menor de 18 anos não pode ser indiciado por não ter imputabilidade penal, praticando, portanto, ato infracional de competência do juizado de infância e juventude.

Em “e”: Errada – Na ação penal pública, o inquérito poderá iniciar de ofício pela autoridade policial ou por determinação de autoridade judiciária, ou, ainda, por requisição do Ministério Público.

GABARITO OFICIAL: C